

1 **Ata 13/2023** – No dia vinte e três do mês de agosto de dois mil e vinte e três, oito horas e
2 quinze minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
3 do Adolescente (CMDCA), na Central dos Conselhos, sito à Rua Santo Campagnolo, 1216,
4 Vila Industrial, em **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos seguintes
5 conselheiros/as GESTÃO 2021-2023 e 2023-2025: Ivone Laguna, Rafael Vinicius Francisco
6 Franco, Diselda Soares da Cunha, Marta Karina S. Kuhn, Chirlei Echhardt, Edmara de
7 Souza, Sara da Rosa da Cruz, José Agostinho Ricci, Valéria Medeiros, Juliana Alves
8 Máximo, Patrícia Fabiane Schnorenberger, Jaqueline A. Eberhardt, Franz Menegasso, Kaira
9 Carla Sikora, Tatiani Finkler Guzzo e Tatiane Vanilse Dreier. Registra-se também a presença
10 de: Marília Borges Leite (SMAS) e Guilherme W. Siloti (CJU Europa). A presidente Juliana faz
11 a leitura da **PAUTA: a)** Deliberar sobre a Ata nº 09/2023; **b)** Posse da Gestão 2023-2025 do
12 CMDCA; **c)** Deliberar pela prestação de contas da Deliberação nº 52/2016 – CEDCA/PR,
13 “Incentivo Programas de Aprendizagem”, referente ao 2º semestre de 2022; **d)** Deliberar pela
14 prestação de contas da Deliberação nº 84/2019– CEDCA/PR, “Incentivo CMDCA”, referente
15 ao 1º e 2º semestre de 2022; **e)** Deliberar pela criação da Comissão de Mobilização e Estudo
16 do CPA; **f)** Relatos das Comissões de trabalho do CMDCA; **g)** Relatos dos representantes do
17 CMDCA nas Comissões, Comitês e Conselhos de Direitos. **INFORMES: a)** Processo de
18 Escolha de Conselheiros Tutelares Gestão 2024-2027; **b)** Outros informes. A Sra. Marília
19 pede inserção de pauta **h)** Apresentação dos dados de inserção no serviço de acolhimento
20 institucional no período pós-pandemia. A Sra. Kaira pede alteração do item **d)** Onde lê-se 1º
21 e 2º semestre de 2022, leia-se 2º semestre de 2021; a Sra. Heloísa pede inserção do item **i)**
22 Itens destinados ao CMDCA pela vara da Infância. A presidente Juliana coloca a pauta em
23 deliberação e a mesma é aprovada. **Item de Pauta A Deliberar sobre a Ata nº 09/2023:** A
24 Sra. Juliana questiona se todos leram a ata, todos confirmam, pergunta também se há algum
25 apontamento, não havendo ela coloca a ata em deliberação e a mesma é **aprovada. Item de**
26 **pauta B Posse da Gestão 2023-2025 do CMDCA:** A Sra. Juliana aponta que houve o
27 mesmo número de inscritos que tem de cadeiras, então, não é preciso fazer uma eleição pra
28 nova gestão, apenas a posse. A Sra. Heloísa faz a leitura dos inscritos: Ação Social Titular
29 Sra. Ivone, Suplente Sr. Rafael; Hoesp titular Sra. Diselda, suplente Sra. Marta, APAE titular
30 Sra. Chirlei, suplente Sra. Bruna; Casa de Maria titular Sra. Maria Inês, suplente Sra.
31 Edmara; Ledi Maas, titular Sra. Ires, suplente Sra. Sara; Aldeia Betesda titular Sr. Jose,
32 suplente Sra. Monica; CIEE titular Sra. Valéria, suplente Sra. Magna; Secretarias Municipais:
33 assistência social titular Sra. Juliana, suplente Sra. Carla, Cultura titular Sr. Ivan, suplente
34 Sra. Lisiane; Educação titular Patrícia, suplente Sra. Jaqueline, Esportes e Laser, titular

35 Franz, suplente César; Desenvolvimento Humano, políticas para infância e adolescência,
36 titular Sra. Jennifer, suplente Sra. Kaira; Desenvolvimento Humano, políticas para juventude
37 titular Sr. Marcelo, suplente Sr. Rodrigo, Saúde titular Sra. Tatiane, suplente Sra. Tatiane. Ela
38 diz ainda que ficou definido que a eleição da mesa diretora será em uma reunião no dia
39 31/08 às 13h30 e também neste momento que será realizada a recomposição das
40 comissões. **Item de Pauta C - Deliberar pela prestação de contas da Deliberação nº**
41 **52/2016 – CEDCA/PR, “Incentivo Programas de Aprendizagem”, referente ao 2º**
42 **semestre de 2022:** A Sra. Kaira diz que no período referenciado não houve execução. A
43 Sra. Juliana então. Coloca em deliberação e a prestação de contas é **aprovada. Item de**
44 **Pauta D - Deliberar pela prestação de contas da Deliberação nº 84/2019– CEDCA/PR,**
45 **“Incentivo CMDCA”, referente ao 2º semestre de 2021:** A Sra. Kaira relata que esta
46 deliberação é sobre “Ações de Aprimoramento do Controle Social que visam apoio e
47 fortalecimento da atuação dos CMDCAs do estado do Paraná”, diz que neste período
48 também não houve e execução. A Sra. Juliana coloca em deliberação e a prestação de
49 contas é **aprovada. Item de Pauta H) - Apresentação dos dados de inserção no serviço**
50 **de acolhimento institucional no período pós-pandemia:** A Sra. Marília relata que em
51 outubro do ano passado ela trouxe no Conselho a demanda de acolhimentos e a decisão da
52 gestão que foi a implantação de uma nova casa abrigo. Ela chama atenção para o tempo que
53 transcorreu com os trâmites burocráticos desde a decisão tomada, mas que a partir daquele
54 momento entenderam a importância de analisar esses dados do ponto de vista do que tem
55 gerado essa necessidade de acolhimentos, quais são as demandas apresentadas neste
56 serviço. Ela continua dizendo que foi feito um diagnóstico desde outubro do ano passado e
57 finalizaram com os dados se julho de 2023, mas quando finalizar o ano será atualizado, mas
58 são dados extremamente importantes para estes e outros conselhos e a proposta é ir para a
59 rede de atendimento para tentar compreender estes dados e fazer um trabalho de prevenção
60 com a Vara da Infância, Ministério Público, todos os órgãos. Ela inicia a apresentação
61 falando que o primeiro gráfico apresentado é sobre a quantidade de acolhidos, ela relata que
62 a capacidade de cada casa abrigo é 20, mas em outubro de 2022 quando ela trouxe os
63 dados a Casa Abrigo Menino Jesus I tinha 20, Casa Abrigo Menino Jesus II, 25, e Casa
64 Abrigo adolescentes 16, então um pouco abaixo. Prosseguindo ela diz que em 10 meses, de
65 outubro de 2022 até julho de 2023, houveram 25 inserções na Casa Abrigo Menino Jesus I,
66 32 na Casa Abrigo Menino Jesus II e 41 inserções na Casa Abrigo Adolescentes, e isso é
67 muito sério porque houveram crianças e adolescentes que entraram ou saíram deste
68 período, 45, Casa Abrigo Menino Jesus I 45, Casa Abrigo Menino Jesus II 57, e Casa Abrigo
69 Adolescente 57, isso nunca ocorreu no município, é um dado muito alto, fala-se em aumento

70 exponencial. Na apresentação ela diz ainda que, além da demanda de acolhimentos a
71 demanda agora será tratar sobre faixas etárias, porque havia a divisão Casa Abrigo Menino
72 Jesus I de 6 a 12 anos, Casa Abrigo Menino Jesus II de 0 a 6 anos e a Casa Abrigo
73 Adolescentes, somente para adolescentes e diz que desde junho do ano passado isso
74 mudou porque, se for bebê pensa em fazer o direcionamento a casa abrigo II porque a casa
75 foi pensada com berçário e demais estruturas, mas tem a prioridade que são grupos de
76 irmãos que não se separam independente de qual for a casa, então tem todas as faixas
77 etárias em todas as casas. Ela diz que em razão disso, cada criança que está sendo acolhida
78 está sendo questionado porque têm criança na casa abrigo adolescentes, e a resposta é:
79 essa decisão de dividir as casas por faixa etária é uma decisão do município, eles poderiam
80 decidir manter todas as faixas etárias juntas, foi uma decisão daquele momento mas, não é
81 algo ilegal ter crianças na casa abrigo de adolescentes, ela diz que a realidade dos
82 adolescentes é diferente e pode dificultar o convívio com as crianças, mas não é ilegal,
83 portanto é isso que tem sido respondido, e como as demais casas chegou um momento que
84 não tem capacidade. Ela continua dizendo que aconteceu outra coisa que foi inédito que são
85 os grupos de irmãos, que na Casa Abrigo Menino Jesus I foram sete grupos de dois irmãos,
86 ou seja, 14 crianças só da parte de grupo de irmãos, na Casa Abrigo Menino Jesus II foram
87 três grupos de dois irmãos e na Casa Abrigo Adolescentes foram 10 grupos de dois irmãos,
88 ou seja, 20 crianças; na Casa Abrigo Menino Jesus I foram 5 grupos de três irmãos, 15
89 crianças, Casa Abrigo Menino Jesus II quatro grupos de três irmãos e na Casa Abrigo
90 Adolescente quatro grupos de três irmãos; Casa Abrigo Menino Jesus I um grupo de quatro
91 irmãos, Casa Abrigo Menino Jesus II três grupos de quatro irmãos e na Casa Abrigo
92 Adolescente três grupos de quatro irmãos; na Casa Abrigo Menino Jesus I ainda tem um
93 grupo de cinco irmãos; ela complementa dizendo que as casas abrigo têm a capacidade de
94 atender 20 crianças, mas em poucos acolhimentos esgota a capacidade, sendo este mais
95 um diferencial desse momento pós pandemia. Ela exhibe alguns dados por mês salientando
96 que há dois acolhidos desde 2020, pois são adolescentes e houve a destituição da guarda e
97 não houve a saída, que entre novembro de 2021 e março de 2022 não houve nenhum
98 acolhimento, mas desde março de 2022 não ficou um mês sequer sem acolhimento,
99 exatamente o período pós pandêmico, chama atenção também para junho de 2023 onde
100 houveram 18 acolhimentos no mês, representando a capacidade de uma casa abrigo em
101 apenas um mês, e julho 2023, 12 acolhimentos. Relata que na questão de acolhimento por
102 gênero é bem parecido entre feminino e masculino. Ela então fala das formas de
103 acolhimento, que esta é a principal discussão na rede do sistema de garantia de direitos, ela
104 diz que existem apenas duas formas de acolhimento, uma é por determinação judicial,

105 quando a rede atendeu, acompanhou, fez um estudo e encaminhou um relatório, e o juiz ao
106 analisar isto toma a decisão, e o acolhimento de urgência, é quando o Conselho Tutelar é
107 convocado pela rede e naquele momento a situação exige acolhimento e todo esse processo
108 é encaminhado pelo ministério público e vara da infância que defere ou indefere, mas na
109 maioria das vezes é deferido pelo judiciário. Ela apresenta que em outubro de 2022 na Casa
110 Abrigo Menino Jesus I haviam 5 situações por determinação judicial e 15 de urgência, ela diz
111 que prezam pelo acolhimento seja determinação judicial porque significa que a rede já
112 realizou um trabalho com essa família, já passou pela rede, na Casa Abrigo Menino Jesus I,
113 6 de cada tipo, na Casa Abrigo Adolescente tinha mais determinação judicial do que de
114 urgência, em comparação com agora que estão na Casa Abrigo Menino Jesus I, 4 por
115 determinação judicial e 21 por urgência; Casa Abrigo Menino Jesus II, 9 por determinação
116 judicial e 23 por urgência, na Casa Abrigo Adolescentes 5 por determinação e 36 de urgência
117 e a pergunta é: porque é urgência, e ela diz que esse questionamento será levado para a
118 Saúde, Educação, outros grupos de trabalho para tentar identificar o porquê das situações de
119 urgência. A Sra. Patrícia pergunta de quem é a decisão e quantos dias demora para fazer um
120 acolhimento de urgência, a Sra. Marília relata que é do Conselho Tutelar e é imediato. A Sra.
121 Marília relata ainda que no período antes da pandemia foi desenvolvido um protocolo para
122 evitar os acolhimentos de urgência, pois eram casos muito mais leves, no entanto essas
123 situações pós pandemia são gravíssimas e ela diz que nenhum ator da rede não acolheria as
124 crianças nas situações apresentadas. Em comparativo ela apresenta que a Casa Abrigo
125 Menino Jesus I tinha 74% de acolhimentos de urgência e passou pra 84%, Casa Abrigo
126 Menino Jesus II 72% e na Casa Abrigo Adolescentes 88% de urgência. Para tirar a ideia de
127 que esses casos se restringem a famílias de fora da cidade ela apresenta os dados Família
128 residentes em Toledo: Casa Abrigo Menino Jesus I 28 casos, Casa Abrigo Menino Jesus II
129 31, e Casa Abrigo Adolescente 50, isso significa que a rede tem atendido essas famílias em
130 algumas situações. Atendimento da rede: Casa Abrigo Menino Jesus I das 45 famílias 40
131 estava sendo atendidas pela rede, Casa Abrigo Menino Jesus II 36 atendidas pela rede,
132 Casa Adolescente 45 famílias atendidas pela rede e diz que esta é outra informação que
133 será levada para discussão na rede: se as famílias estavam sendo atendidas e chegou neste
134 limite, o que aconteceu? Os bairros de residência principais, Jardim Europa/América, 32
135 acolhimentos, Jardim Panorama 26 e Jardim Coopagro 25, lembrando que se Panorama se
136 somar ao São Francisco vai para o topo da lista, por isso optaram por deixar separado por
137 bairros mesmo, se for território essa região é bem mais complicada. Mas tem por exemplo o
138 interior aparecendo na lista que, antes da pandemia era raro, havia muitos casos de idosos,
139 mas não de crianças, então é outro território que tem chamado para repensar as ações. A

140 Sra. Tatiane pergunta se será disponibilizado esse relatório e a Sra. Marília diz que podem
141 disponibilizar sim, mas que tem a intenção de conversar com as gestões para pensarem
142 juntos um planejamento até o final do ano. Ela apresenta então as violências registradas
143 reforçando que antes da pandemia era muito diferente, diz que na Casa Abrigo Menino
144 Jesus I negligência em saúde são 12 acolhimentos, negligência em alimentação 14,
145 negligência em educação 33, negligência em condições de saúde 8, negligência e risco a
146 vida, abandono 21, violência física 22, psicológica 18 situações, violência sexual 5, trabalho
147 infantil 1, e as graves que não apareciam antes cárcere privado 4 situações, recolhimento do
148 responsável, exposição ao uso de drogas ambiente insalubre, 6 situações. Ela diz que esses
149 dados são importantes para compreensão prioritariamente da Assistência, Saúde e
150 Educação, e que as crianças vêm com um conjunto dessas violências e antes isso era
151 descoberto pela equipe depois do acolhimento. Casa Abrigo Menino Jesus II, negligência em
152 saúde, diz que houve uma situação nova que é negligência em saúde gestacional e que
153 agora tem essas situações de crianças que nunca passaram por pré-natal, consultas, que
154 nascem e vão para o acolhimento, por isso houveram 7 situações assim no período,
155 negligência em educação, negligência em cuidados básico 10 situações, abandono 3,
156 violência física 9, violência psicológica 13, exposição ao uso de drogas 8, situação de rua; na
157 casa abrigo dos adolescentes também tem uma novidade que é negligência em saúde 8,
158 mas a autonegligência em saúde gestacional, que são adolescentes grávidas e do
159 acolhimentos de adolescentes vítimas de violência doméstica junto com seu filho, e a
160 autonegligência em saúde gestacional que é a adolescente que não quer fazer o
161 acompanhamento gestacional; negligência em cuidados básicos 10, negligência em
162 alimentação 9, negligência em educação 6, abandono 17 situações, violência doméstica 6,
163 que são os casos já mencionados, violência física 28, psicológica 32, violência sexual 20
164 situações, trabalho infantil 5, exposição ao uso de drogas 7, exposição ao ambiente de risco
165 13, falecimento do responsável 2, negligência a condições de higiene 6, a Sra. Marília diz
166 que, o acolhimento ser feito quando o responsável é recolhido(preso) ou quando falece, isso
167 demonstra que a rede de apoio está muito encurtada. A Sra. Tatiane relata que a RIPS está
168 no processo de definir o próximo protocolo, ela diz que talvez ocorra a possibilidade de haver
169 um voto muito significativo em trabalho infantil, mas vendo esse relatório não é o
170 emergencial, por isso ela diz que acha importante levar este relatório para a RIPS para
171 análise. A Sra. Marília então relata que um dos dados mais importantes é que houve 42
172 desligamentos, três dessas situações foram por fuga onde os adolescentes não queriam
173 voltar ao acolhimento, mas 42 desligamentos foi para retorno a família extensa, família
174 substituta ou família natural, o que significa que a equipe do acolhimento fez um trabalho

175 com a família e foi possível o retorno, ou seja, o trabalho pode ser feito antes do acolhimento,
176 pra concluir ela apresenta a situação atual, Casa Abrigo Menino Jesus I, 22 acolhidos, mas
177 ressalta que quando há um desligamento a legislação obriga que a equipe técnica
178 acompanhe a família por mais seis meses, portanto a equipe atende os 22 acolhidos mas 18
179 crianças e adolescentes fora, sendo que totalizam nove famílias, na Casa Abrigo Menino
180 Jesus II 25 crianças e fora do abrigo são 10 crianças 5 famílias, na Casa Abrigo Menino
181 Jesus III, que vai abrir no mês que vêm mas a equipe já está atendendo 18 crianças e destes
182 somente 6 famílias em atendimento e a Casa Abrigo Adolescentes, 23 crianças e
183 adolescente e 20 crianças e adolescente em 12 famílias. Ela explica que a casa abrigo três a
184 princípio ser destinada para 0 a 12 anos que é o maior número de casos, mas sempre
185 priorizando manter junto grupos de irmãos e que esse tipo de acolhimento para a segurança
186 das crianças não pode ser negado. Se dirigindo aos profissionais, ela comenta que já houve
187 muitos relatos dos profissionais terem receio de denunciar porque as famílias moram no
188 bairro e tem medo de retaliações, e tudo isso tem ocorrido e se somado a: quando a criança
189 aparece com marcar liga pro Conselho Tutelar e daí acolhe, e não precisa chegar nessa
190 situação extrema, é preciso prevenir, sobre as famílias que o CT diz estarem acompanhadas,
191 precisa entender se esse acompanhamento é somente pelo CT ou pelo CRAS ou CREAS,
192 porque o CT não tem a equipe técnica necessária para realizar esse acompanhamento. A
193 Sra. Juliana por sua vez, relata que o trabalho apresentado pela Sra. Marília na alta
194 complexidade, não difere muito do que têm sido observados nos CREAS no serviço PAEFI,
195 diz que já tem um diálogo com o ministério público, vara da infância e as equipes para não
196 tem demanda reprimida de PAEFI crianças e adolescentes porque estão em situação de
197 violência e que deveriam ser inseridos de forma imediata. Diz ainda que, quando se fala em
198 PAEFI é um serviço de acompanhamento, não é um serviço que faz uma orientação e deliga,
199 portanto, tem uma metodologia de trabalho, tem uma legislação, tem uma capacidade de
200 famílias que podem ser inseridas. Diz que continua a discussão tanto com o Ministério
201 Público quanto com a Vara da Infância e da Juventude, no entanto essa discussão precisa
202 ser ampliada, porque no início da gestão haviam três equipes de PAEFI criança, hoje são
203 seis e mesmo assim os dois CREAS têm demanda reprimida, diz que quando houve a
204 ampliação das equipes realmente zerou a demanda reprimida no CREAS I, no entanto em
205 maio e junho a demanda aumentou e atualmente tem 20 em demanda reprimida, sendo
206 estes encaminhamentos graves que foi inserção imediata e que sempre haverá demanda
207 reprimida. A Sra. Marília comenta que muitas vezes a rede não sabe quem é a família que é
208 algo que dificulta mesmo. A Sra. Patrícia diz tem conversado com o conselho sobre algumas
209 questões, que um dos casos está sendo um estudo em rede para esgotar o máximo das

210 possibilidades, mas na educação obrigatoriamente as crianças estão todos os dias, e estão
211 vendo e vivendo diariamente, então pode acontecer o encaminhamento pro CREAS, o não
212 consegue a visita com a família e talvez tente novamente na outra semana e talvez se
213 passam dez dias. A Sra. Marília comenta que é necessário a educação esgotar todas as
214 possibilidades e a Sra. Patrícia diz que as possibilidades da Educação são mais limitadas
215 porque não tem visitas domiciliar, as mães se recusam a vir até a escola. Então a Sra.
216 Marília ressalta que este é o objetivo da discussão prioritária entre saúde, assistência e
217 educação, não dá pra trabalhar como era trabalhado antes da pandemia. A Sra. Tatiani
218 sugere se não é o caso de se pensar em algo para alterar a legislação e ter assistente social
219 e psicólogo nas escolas, a Sra. Patrícia pensa que sim, que hoje são quatro profissionais
220 para quinze mil alunos. A Sra. A Sra. Juliana pergunta pra Sra. Patrícia se a equipe técnica
221 da SMED faz visitas, e Sra. Patrícia responde que sim, a Sra. Juliana diz que sabe que a
222 equipe hoje trabalha praticamente só com evasão escolar e não dão conta de outras
223 demandas, mas pergunta se tem um diagnóstico hoje desses casos que a equipe não dá
224 conta, se as escolas tem um diagnóstico desses casos de violência, porque para tensionar a
225 gestão é preciso apresentar um diagnóstico. A Sra. Juliana parabeniza e agradece a
226 apresentação. **Item de Pauta E - Deliberar pela criação da Comissão de Mobilização e**
227 **Estudo do CPA:** A Sra. Kaira relembra sobre o Comitê de Participação Adolescente, diz que
228 não se lembra se todos estavam presentes quando os adolescentes participaram da
229 Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e isso gerou frutos, porque
230 eles voltaram de lá, interessados, engajados, protagonistas, eles que trouxeram a demanda
231 de criar o CPA no CMDCA e que de dois adolescentes que participaram da Conferência, hoje
232 há quatro adolescentes interessados em participar do CPA. Ela diz que após estudos
233 conversaram com os adolescentes explicando que existe uma legislação sobre o comitê, que
234 é a resolução 238/2023 CONANDA, e que hoje é preciso o CMDCA criar uma comissão com
235 edital, resolução e posse do comitê, para que de forma transparente e garantindo a
236 participação ampla dos adolescentes, que seria duas cadeiras governamentais e duas não
237 governamentais, para que nos próximos meses a comissão se dedique a criar resolução
238 municipal baseada na resolução nacional, depois o edital para poder haver inscrição, e para
239 que até o final deste ano, começo do ano que vem já tomem posse. O Sr. Guilherme relata
240 que os adolescentes do CJU ao participarem da Conferência ficaram muito interessados em
241 participar do conselho, ter voz para as suas demandas, então eles pediram ajuda para
242 desenvolver a documentação e que se fosse por eles, eles já estariam com o CPA pronto e
243 participando. A Sra. Maria Inês sugere que hoje seja deliberada pela criação da Comissão,
244 mas a composição seja montada na próxima reunião quando for recompostas as próximas

245 comissões. A Sra. Juliana coloca em deliberação a aprovação da comissão e a mesma é
246 **aprovada. Item de Pauta I - Itens destinados ao CMDCA pela vara da Infância:** A Sra.
247 Heloísa relembra que a VIJ recorrentemente destina itens ao CMDCA, como carros, motos
248 ou itens menores como celulares, balança, relógios. Ela diz que quando aos veículos já foi
249 estabelecido um fluxo interno, que esses veículos serão encaminhados direto ao patrimônio
250 para ser feito leilão, inclusive parece que já foi feito o leilão, mas com os outros itens vieram
251 vários celulares em uma situação bem precária, balança, carteira, um spray pra grafite, e foi
252 deliberado para devolver esses itens para a VIJ. Então, ela diz que a VIJ informou que era
253 preciso informá-los da devolução dos itens, que eles questionaram o porquê da devolução,
254 pediram atas e pôr fim a decisão deles foi que esses itens uma vez em posse do CMDCA
255 não era possível a devolução e que se o CMDCA entendesse que não é possível a utilização
256 desses itens, que o CMDCA fizesse a destinação social para as famílias que reciclam porque
257 isso retorna como verba para estas famílias. Ela continua dizendo que a última destinação
258 que veio foi um climatizador e a Sra. Carla demonstrou interesse e a dúvida era se poderia ir
259 para o serviço governamental, e obtiveram a mesma resposta, de que a decisão é do
260 CMDCA e diz que quanto aos celulares a Sra. Carla também teria interesse. A Sra. Edmara
261 pergunta se os aparelhos funcionam, e a Sra. Heloísa responde que alguns estão bastante
262 avariados e outros não se sabe porque não tem os carregadores. A Sra. Heloísa propõe
263 então dizer pra Sra. Carla verificar os aparelhos que estão bons e os que não estiveram fazer
264 a destinação social. **Item de Pauta F - Relatos das Comissões de trabalho do CMDCA: -**
265 **Comissão Técnica:** Não se reuniram; - **Comissão Comunicação, Articulação e**
266 **Divulgação:** Não se reuniram; - **Comissão de Orçamento e Fundo:** Não se reuniram; -
267 **Comissão de Ética:** Não se reuniram; - **Comissão Especial Organizadora do Processo**
268 **de Escolha dos Conselheiros Tutelares:** A Sra. Kaira relata que saiu a resolução 69/2023
269 CMDCA que tornou pública o nome, o nome de urna e o número dos candidatos conforme o
270 cronograma, diz que as campanhas se iniciaram no dia 19/08/2023, que os conselheiros
271 devem ter visto na internet, como nas resoluções e editais com relação as condutas vedadas,
272 como também a Sra. Jennifer relatou na reunião passada e ficarmos atentos porque os
273 Conselheiros também fazem para ajudar a fiscalizar as condutas vedadas e fazer as
274 denúncias e a Sra. Heloísa explica como obter acesso ao formulário de denúncias. A Sra.
275 Kaira continua dizendo que tem a resolução 72/2023 CMDCA que saiu dia 11/08, que traz os
276 locais de votação com base nas eleições gerais, também será divulgado esse material nas
277 redes sociais; relata que foi publicado edital 20/2023 CMDCA com o chamamento público
278 para a inscrição de mesários, e ela relata que a Sra. Jennifer pediu pra passar a orientação
279 que os conselheiros do CMDCA inscrevam-se, mesmo que não vão trabalhar coo mesários,

280 mas para poder saber qual local de votação fica melhor. Ela continua dizendo que os
281 candidatos estão tendo muitas dúvidas e eles estão enviando via WhatsApp institucional para
282 a SMDH, e estão informando que quando é caso de denúncia seguir o que está na
283 resolução, mas tem algumas outras dúvidas que são mais pessoais e tem sido orientado
284 sempre conforme o edital e incentivados a buscar o edital. A Sra. Heloísa relata que alguns
285 conselheiros tem relatado que os candidatos tem os procurados no número particular porque
286 algumas questões do edital são de interpretação que podem ser compreendidos de maneira
287 diferente, portanto não dá pro conselheiro dizer o que pode ou não fazer, por isso será
288 levado para a comissão que vai se reunir na segunda-feira para fazer uma resposta padrão
289 para quando os candidatos vierem procurar, mas a indicação é sempre orientar pra buscar
290 no edital. A Sra. Kaira também sugere que se um conselheiro do CMDCA se sentir inseguro
291 de orientar um candidato que o oriente a mandar as dúvidas no celular institucional da SMDH
292 e será orientado por lá. Ela comenta que os servidores que forem mesários têm tanto o
293 trabalho no dia da eleição quanto o treinamento e isso dará três dias de compensação
294 posterior. A Sra. Heloísa apresenta no site da prefeitura como ver os candidatos e seus
295 números, como fazer denúncias e ela mostra também o banner rotativo no site da prefeitura
296 para a inscrição para mesários. Os Conselheiros elogiam a arte. - **Comissão de Revisão da**
297 **Lei e Regimento Interno:** Não se reuniram; - **Comissão Organizadora do Processo**
298 **Eleitoral dos Representantes da Sociedade Civil para a gestão 2023-2025:** A Sra.
299 Heloísa relata que se reuniram para analisar os documentos das OSCs que se inscreveram
300 no processo e a documentação estava certa, mas quando havia alguma dúvida foi
301 questionado e as entidades responderam. A Sra. Edmara ressalta que será preciso
302 convocar uma reunião da Comissão de orçamento para organizar a Campanha Legal, diz
303 que dia 11/08 as OSCs se reuniram com os parceiros, somente o primeiro contato e ficou
304 decidido que o lançamento da campanha será no dia 17/10, às 8h30min na Casa de Maria,
305 mas antes disso chamarão a comissão para ter uma conversa e trabalhar junto, diz que não
306 foi feito antes por causa da recomposição. **Item de Pauta - G Relatos dos representantes**
307 **do CMDCA nas Comissões, Comitês e Conselhos de Direitos: Comissão Intersetorial**
308 **de Convivência Familiar e Comunitária:** Não se reuniram; - **Comissão Intersetorial de**
309 **Socioeducação:** a Sra. Juliana diz que a reunião será hoje; - **Comissão Bolsa Agente**
310 **Cidadania:** A Sra. Kaira relata que houve a reunião mas ela não se lembra da quantidade
311 de inserções, mas foi pensado no agente cidadania fora dos CJUs, mas foi buscado
312 orientações, mas o Coopagro ainda está com muitas vagas, mas se em algum momento
313 alcançar este teto pensar em trabalho fora do espaço e que os jovens estão recebendo e não
314 houve nenhuma intercorrência. - **Comitê Intersetorial da Primeira Infância:** A Sra. Kaira diz

315 que saiu a lei federal 14607/2023, tornando o mês de agosto o mês da primeira infância e a
316 reunião será na próxima semana e a SMDH fará uma publicação para o dia 24/08 que é o dia
317 da infância, chama a atenção para a primeira infância e a importância destes primeiros mil
318 dias para criança e puérpera, diz que este ano não foi possível organizar um grande evento,
319 mas que fica para o ano que vem, diz também que os casos apresentados pela Sra. Marília
320 reforçam a importância de discutir a primeira infância e convida quem quiser participar a
321 próxima reunião será no dia 29/08. - **Comitê Intersetorial de Combate ao Trabalho Infantil:**
322 A Sra. Kaira diz que estão organizando uma capacitação com a Escola de Governo no dia
323 29/11 o dia todo, estão tentando a juíza do trabalho e relatos de profissionais da rede. Diz
324 que houve uma live do Conselho Nacional do Ministério Público e foi sobre o trabalho infantil
325 digital, porque hoje tem aquela ideia mais antiga dos trabalhos infantis, mas já estamos em
326 outro mundo, e estão longe de conseguir identificar e é preciso pensar nisso e a comissão
327 tem analisado o plano municipal. - **Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal para**
328 **Acompanhamento e monitoramento do POM – Plano Operativo Municipal:** A Sra.
329 Juliana diz que não houve reunião, que desde o início do ano ou final do ano passado não há
330 mais reunião. **CME –** A Sra. Patrícia diz que está girando em torno do referencial curricular e
331 que no final de semana haverá conferência para deliberações e convida a todos que
332 quiserem participar, explica que o referencial curricular é o currículo próprio de Toledo. A Sra.
333 Juliana declara a pauta completada, agradece a presença de todos e encerra a reunião.
334 Nada mais havendo a tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente ata, a qual será
335 encaminhada por e-mail aos conselheiros/as pela secretaria executiva dos conselhos, para
336 apontamentos de eventuais retificações, e na próxima reunião ordinária deste conselho a ata
337 será aprovada e assinada pelos presentes.